



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

**RELATÓRIO DA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE  
DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO APRESENTADAS AO DECRETO-LEI  
N.º 8-B/2021, DE 22 DE JANEIRO, QUE ESTABELECE UM  
CONJUNTO DE MEDIDAS DE APOIO NO ÂMBITO DA  
SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES LETIVAS E NÃO LETIVAS  
PRESENCIAIS,  
NO ÂMBITO DAS APRECIACÕES PARLAMENTARES N.º  
[39/XIV/2.ª \(BE\)](#) e [41/XIV/2.ª \(PCP\)](#)**

1. As propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares (GP) do [PAN](#), do [PCP](#) e do [PSD](#), pelo Deputado Único Representante do Partido (DURP) [IL](#), e pelos GP do [BE](#), do [PEV](#) e do [CDS-PP](#) no âmbito das Apreciações Parlamentares n.º 39/XIV/2.ª (BE) e 41/XIV/2.ª (PCP), referentes ao Decreto-Lei n.º 8-B/2021, de 22 de janeiro, que estabelece um conjunto de medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais, baixaram à Comissão de Trabalho e Segurança e Social a 18 de fevereiro de 2021.
2. Na reunião de 24 de fevereiro de 2021, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares que a integram, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade das referidas propostas de alteração (*cf. Quadro comparativo*), tendo intervindo no debate as Senhoras e os Senhores Deputados João Paulo Pedrosa e Rita Borges Madeira (PS), Clara Marques Mendes, Helga Correia e Ofélia Ramos (PSD), José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP) e João Pinho de Almeida (CDS-PP). A discussão pode ser consultada no respetivo [registo áudio](#), constituindo a gravação parte integrante deste relatório, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.
3. Nesse mesmo dia 24 de fevereiro foi apresentada uma proposta de alteração pelo Grupo Parlamentar do PS, igualmente incluída na discussão e votação realizada, nos termos regimentais aplicáveis.
4. Da votação resultou o seguinte:
  - ❖ **Artigo 2.º** (Faltas do trabalhador) do Decreto-Lei n.º 8-B/2021, de 22 de janeiro, doravante apenas Decreto-Lei:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

- Propostas de alteração do GP do PAN e do GP do PEV- **rejeitadas** com os votos contra do PS e do PSD, a favor do BE e do CDS-PP e a abstenção do PCP;
- Proposta de alteração do GP do PCP - **rejeitada** com os votos contra do PS e do PSD, e a favor do BE, do PCP e do CDS-PP.
- ❖ **Artigo 3.º** (Apoio excecional à família) do Decreto-Lei:
  - Propostas de alteração do GP do PAN, do GP do PCP, do DURP IL, do GP do BE e do GP do PEV - **rejeitadas** com os votos contra do PS e do PSD e os votos a favor do BE, do PCP e do CDS-PP;
  - Proposta de alteração do GP do PSD, com a substituição verbal pelo proponente, no prómio e na alínea *b*) do n.º 2 a aditar, do inciso «(...) com três ou mais filhos ou dependentes a cargo (...)» por «(...) com pelo menos um filho ou dependente a cargo (...)» - **aprovada** com votos a favor do PSD, do BE, do PCP e do CDS-PP e contra do PS.
- ❖ Proposta do GP do BE de aditamento de um **artigo 3.º-A** (Apoio excecional à família para trabalhadores por conta de outrem) ao Decreto-Lei:
  - N.º 1 - **rejeitado** com os votos contra do PS, a favor do BE e do PCP e a abstenção do PSD e do CDS-PP;
  - N.ºs 2 a 9 - **rejeitados** com os votos contra do PS e do PSD e a favor do BE, do PCP e do CDS-PP.
- ❖ Propostas do GP do BE de aditamento dos **artigos 3.º-B** (Apoio excecional à família para trabalhadores independentes), **3.º-C** (Trabalhadores do regime de proteção social convergente) e **3.º-D** (Apoio ao acompanhamento de crianças ou dependentes) ao Decreto-Lei - **rejeitadas** com os votos contra do PS e do PSD e a favor do BE, do PCP e do CDS-PP.
- ❖ Proposta do GP do BE de aditamento de um **artigo 3.º-E** (Apoio excecional para cuidadores informais) ao Decreto-Lei – **rejeitada** com os votos contra do PS, a favor do BE, do PCP e do CDS-PP e a abstenção do PSD.
- ❖ Proposta do GP do PS de aditamento de um **artigo 3.º-A** (Acolhimento para filho de pessoal docente) ao Decreto-Lei – **aprovada** por unanimidade.
- ❖ Propostas de alteração do GP do PCP ao **artigo 4.º** (Acompanhamento específico às crianças e jovens em situação de risco ou perigo) do Decreto-Lei:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

- Aditamento de um novo n.º 3 - **rejeitado** com os votos contra do PS e do PSD, e a favor do BE, do PCP e do CDS-PP;
- Aditamento de um novo n.º 5, renumerado em função da votação anterior como novo n.º 4 - **aprovado** por unanimidade.
- ❖ Propostas do GP do PCP de aditamento dos **artigos 4.º-A** (Proibição de anulação de matrícula ou cobrança de penalidades ou juros por falta ou atraso no pagamento das mensalidades dos equipamentos de apoio à infância, educação ou ensino) e **4.º-B** (Plano de pagamento) - **aprovadas** com os votos a favor do PS, do BE e do PCP e a abstenção do PSD e do CDS-PP.
- ❖ Propostas do GP do PCP de aditamento dos **artigos 4.º-C** (Alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março) e **4.º-D** (Alteração ao Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril) ao Decreto-Lei - **rejeitadas** com os votos contra do PS e do PSD, e a favor do BE, do PCP e do CDS-PP.
- ❖ Proposta do GP do PCP de aditamento de um **artigo 4.º-E** (Alteração ao Decreto-Lei n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro) ao Decreto-Lei:
  - Aditamento de um n.º 4 ao artigo 31.º-B do Decreto-Lei n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro - **aprovado** por unanimidade;
  - Aditamento de um n.º 5 ao artigo 31.º-B do Decreto-Lei n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro - **rejeitado** com os votos contra do PS, do PSD e do CDS-PP, e a favor do BE e do PCP.
- ❖ Proposta do GP do CDS-PP de aditamento de um **artigo 6.º-A** (Alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março) ao Decreto-Lei:
  - Alteração do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março - **rejeitada** com os votos contra do PS, a favor do BE, do PCP e do CDS-PP e a abstenção do PSD;
  - Aditamento de um novo n.º 2 ao artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março - **rejeitado** com os votos contra do PS, a favor do CDS-PP e a abstenção do PSD, do BE e do PCP;
  - Alteração do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, renumerado como n.º 3 - **rejeitada** com os votos contra do PS, a favor do BE e do CDS-PP e a abstenção do PSD e do PCP;
  - Aditamento de um novo n.º 8 e de um novo n.º 9 ao artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, renumerados como novos n.ºs 7 e 8



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

em função da votação anterior - **aprovado** com os votos a favor do PSD, do BE, do PCP e do CDS-PP, e contra do PS;

- Alteração do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março - **aprovada** com os votos a favor do PSD, do BE, do PCP e do CDS-PP, e contra do PS.
  - ❖ Proposta do GP do PCP de aditamento de um **artigo 6.º-A** (Devolução dos manuais escolares) ao Decreto-Lei - **rejeitada** com os votos contra do PS, a favor do BE, do PCP e do CDS-PP e a abstenção do PSD.
  - ❖ Proposta do GP do PCP de alteração do **artigo 7.º** (Norma Revogatória) ao Decreto-Lei - **prejudicada** em função de votação anterior.
  - ❖ **Artigo 1.º** (Objeto) do Decreto-Lei:
    - Propostas de alteração do GP do PCP e do GP do BE - **prejudicadas** em função de votação anterior.
    - Proposta de alteração do GP do CDS-PP - **aprovada** com os votos a favor do PSD, do BE, do PCP e do CDS-PP, e contra do PS.
5. Procedeu-se ainda às demais correções formais, de acordo com as regras da legística, tendo-se em conta em especial a renumeração do artigo 3.º do Decreto-Lei operada pelo Decreto-Lei n.º 14-B/2021, de 22 de fevereiro.
6. Seguem em anexo o texto final da segunda alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 8-B/2021, de 22 de janeiro, que estabelece um conjunto de medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais, e as propostas de alteração apresentadas.

Palácio de São Bento, 24 de fevereiro de 2021

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Rodrigo Rêgo

